

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UPANEMA/RN: desafios, possibilidades e práticas exitosas

SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE IN UPANEMA/RN: challenges, possibilities, and successful practices

Matheus Klisman de Castro e Silva¹

Francisco Ebson Gomes Sousa²

RESUMO

O presente artigo aborda o Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino de Upanema/RN, destacando seus desafios, possibilidades e práticas exitosas. Fundamentado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e em marcos regulatórios como o Decreto nº 7.611/2011, o estudo analisa o papel do AEE como modalidade educacional complementar que promove a acessibilidade e elimina barreiras para a plena participação de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Por meio da análise de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, entrevistas com profissionais do AEE e a observação de práticas locais, foram identificados avanços significativos no atendimento a alunos com deficiência, como o aumento de 41% no número de estudantes atendidos entre 2023 e 2024. Contudo, os desafios persistem, incluindo a insuficiência de recursos especializados e a necessidade de formação continuada para professores e profissionais de apoio. As possibilidades emergem com a ampliação das salas de recursos multifuncionais, o fortalecimento de estratégias pedagógicas adaptadas e a colaboração entre escola, família e comunidade. Entre as práticas exitosas, destacam-se soluções criativas para a falta de materiais, como a adaptação de recursos acessíveis por meio de parcerias locais, e a centralidade das salas de AEE como núcleos de apoio pedagógico. O estudo conclui que, embora existam desafios estruturais e operacionais, a consolidação do AEE em Upanema/RN representa um avanço na garantia do direito à educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Desafios. Possibilidades. Práticas exitosas.

ABSTRACT

This article addresses Specialized Educational Assistance (Atendimento Educacional Especializado - AEE) in the municipal education network of Upanema/RN, highlighting its challenges, opportunities, and successful practices. Based on the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008) and regulatory frameworks such as Decree No. 7,611/2011, the study analyzes the role of AEE as a complementary educational modality that promotes accessibility and removes barriers to the full participation of students with special educational needs (SEN). Through the analysis of data provided by the Municipal Department of Education, interviews with AEE professionals, and observations of local practices, significant progress was identified in supporting students with disabilities, including

¹ Mestre em Ensino - POSENSINO (UFERSA, IFRN, UERN), Especialista em Tecnologias Educacionais e EAD pelo IFRN e pós-graduando da especialização em AEE da UFERSA. E-mail: matheusklimanacs@gmail.com;

² Professor do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) da UFERSA. Doutorando em Linguística (UFPB), Mestre em Ensino - POSENSINO (UFERSA, IFRN, UERN). E-mail: ebson.gomes@ufersa.edu.br.

a 41% increase in the number of students served between 2023 and 2024. However, challenges remain, such as insufficient specialized resources and the need for ongoing training for teachers and support professionals. Opportunities arise with the expansion of multifunctional resource rooms, the strengthening of adapted pedagogical strategies, and collaboration between schools, families, and communities. Among the successful practices, creative solutions for the lack of materials stand out, such as adapting accessible resources through local partnerships, as well as the central role of AEE rooms as pedagogical support hubs. The study concludes that despite structural and operational challenges, the consolidation of AEE in Upanema/RN represents a significant advancement in ensuring the right to inclusive education.

Key words: Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Challenges. Possibilities. successful practices.

INTRODUÇÃO

O direito à educação inclusiva, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), é um marco na garantia da aprendizagem e participação plena de todos os alunos no ensino regular. Essa política propõe uma abordagem que integra o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao ensino comum, estabelecendo a Educação Especial como

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p. 10).

Dessa forma, a Educação Especial assume um papel transversal, oferecendo suporte desde a Educação Infantil até o Ensino Superior e realizando intervenções direcionadas ao desenvolvimento da autonomia e independência dos alunos com necessidades específicas. O AEE é, portanto, uma modalidade que visa atender as particularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial, fornecendo estratégias e recursos pedagógicos que eliminem barreiras e promovam a acessibilidade. Este atendimento

[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 10).

Para regulamentar esses objetivos, o Decreto nº 7.611/2011 define o AEE como um serviço que visa

i – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; ii – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; iii – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e iv – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2011, p. 2).

Portanto, o AEE propõe um ambiente de ensino no qual a inclusão educacional está vinculada a práticas pedagógicas ajustadas às especificidades de cada aluno, visando assegurar o desenvolvimento e o engajamento em igualdade de condições. Além disso, segundo a Resolução nº 4, de 2009, o AEE deve ocorrer, “prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns” (Brasil, 2009, Art. 5, p. 2).

Sabendo da importância do AEE, chegamos ao seguinte questionamento: quais são os desafios, as possibilidades e as práticas exitosas implementadas no AEE na rede municipal de ensino de Upanema/RN? Assim, este estudo objetiva, de forma geral, investigar os desafios, as possibilidades identificadas e as práticas exitosas implementadas no AEE na rede municipal de Upanema/RN.

Partindo desses princípios, alguns objetivos específicos foram traçados para alcançar essa meta, são eles:

1. Identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação na implementação do AEE em Upanema/RN;
2. Analisar as possibilidades e estratégias pedagógicas que têm sido adotadas para superar os desafios no AEE;
3. Descrever práticas exitosas de AEE na rede municipal de Upanema/RN, destacando suas características e impactos.

Compreender esses elementos é essencial para o aprimoramento da prática educativa, fortalecendo o compromisso com uma educação inclusiva que assegure direitos, promova igualdade e contribua para uma sociedade mais justa e democrática. Nesse contexto, a próxima seção aprofunda os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, destacando o papel da educação inclusiva e do AEE como pilares para a construção de uma escola verdadeiramente acessível e transformadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva configura-se como um paradigma educacional que busca consolidar a igualdade e o respeito às diferenças, fundamentada na concepção de direitos humanos. Nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o Ministério da Educação destaca que

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola [...] a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (Brasil, 2008, p. 01).

Nesse sentido, a inclusão não é apenas uma adequação estrutural ou curricular, mas um compromisso ético e pedagógico com a diversidade. Para que esse modelo seja eficaz, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel essencial. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) está inserido em um contexto mais amplo da Educação Especial, que é uma modalidade de ensino voltada para atender estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A Educação Especial, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996).

Essa legislação reforça o compromisso com a educação inclusiva, orientada pelo princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, têm direito a aprender em um ambiente regular. Mantoan (2006) sustenta que a inclusão não se trata apenas de acomodar alunos com deficiência, mas de transformar toda a estrutura escolar para responder às necessidades de todos os estudantes.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) ganha relevância, uma vez que engloba um conjunto diverso de condições que exigem adaptações pedagógicas, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, além de transtornos do desenvolvimento e superdotação.

A Declaração de Salamanca, realizada em 1994, foi um marco global ao defender a inclusão de todas as crianças no sistema regular de ensino, apontando que as escolas devem ser capazes de atender a toda a diversidade de seus alunos (UNESCO, 1994). Esse documento influenciou fortemente as políticas educacionais no Brasil, que, desde então, têm buscado

garantir uma educação inclusiva em consonância com os princípios da equidade e acessibilidade.

Como apontado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o reconhecimento das necessidades educacionais especiais visa à promoção do acesso, permanência e desenvolvimento dos alunos, por meio da eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação (Brasil, 2020).

O AEE surge como uma estratégia fundamental nesse processo de inclusão, pois complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com NEE, oferecendo suporte especializado no contraturno das aulas regulares. De acordo com o Ministério da Educação, o AEE visa à eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, com o uso de recursos pedagógicos, tecnologia assistiva e estratégias diferenciadas (Brasil, 2009).

O objetivo é garantir que os alunos tenham condições adequadas de aprendizado, levando em consideração suas limitações e potencialidades. O serviço de AEE é preferencialmente oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), ambientes especializados que possuem materiais e equipamentos adequados para a aprendizagem de alunos com diferentes deficiências.

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, reforça que

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009, p. 02).

Isso assegura que os alunos continuem frequentando a sala de aula regular, mas recebam um atendimento suplementar que contemple suas necessidades específicas.

Nesse sentido, Sartoretto e Sartoretto (2010) ressaltam que o AEE é

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de

eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno (Sartoretto; Sartoretto, 2010, p 2).

Esse atendimento não se limita à questão pedagógica, mas envolve também a orientação de famílias e professores, a produção de materiais acessíveis e o acompanhamento do uso de recursos didáticos específicos.

No âmbito das políticas públicas de inclusão, o Brasil tem avançado com importantes marcos legais que orientam a oferta de serviços especializados para estudantes com NEE. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, determina, em sua Meta 4, que é preciso

universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014).

Essa diretriz está em sintonia com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabelece a educação como um direito da pessoa com deficiência e assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2015). Essas políticas reforçam o compromisso com a educação inclusiva, que vai além do simples acesso à escola, mas busca garantir a permanência e o desenvolvimento integral dos alunos com NEE.

A Educação Especial no Brasil tem evoluído significativamente desde a implantação das primeiras políticas voltadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. No caso do Rio Grande do Norte, esse processo teve início em 1971, com a implementação dessa modalidade no sistema educacional do estado. De acordo com Pereira (2017),

A Educação Especial foi implantada no sistema educacional do Rio Grande do Norte em 1971, fruto das políticas nascidas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 5.692/1971, com o objetivo de propiciar à pessoa com necessidades educacionais especiais, condições que favorecessem um desenvolvimento voltado para o exercício consciente da sua autonomia, estimulando o aflorar das potencialidades e o superar das dificuldades, por meio de uma prática pedagógica que contemplasse as suas singularidades. (Pereira, 2017, p. 35).

Para coordenar e sistematizar as ações da Educação Especial no estado, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) criou um órgão de execução programática, atualmente constituído pela Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP). Esse órgão desempenha

um papel essencial no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas à inclusão escolar.

De acordo com a Resolução 02/2012-CEE/CEB/RN, de 31 de outubro de 2012, a SUESP tem entre suas competências “desenvolver programas de formação continuada de professores para atuar na área da Educação Especial” (Art. 14, §1º, inciso II). Essa formação continuada é imprescindível para capacitar os profissionais a lidar com a diversidade nas escolas e a implementar práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Além disso, a SUESP atua na orientação e no apoio às escolas da rede pública, promovendo a instalação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e fortalecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas iniciativas são fundamentais para eliminar barreiras à participação e ao aprendizado, assegurando que os estudantes possam desenvolver suas potencialidades em um ambiente inclusivo e acessível.

Nesse sentido, as ações da SUESP, aliadas aos marcos legais como a Lei Estadual nº 9.187/2009, reafirmam o compromisso do Rio Grande do Norte em consolidar uma educação inclusiva que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo e de abordagem qualitativa. A escolha da pesquisa de campo justifica-se pela necessidade de obter dados diretamente da população envolvida, permitindo uma compreensão mais detalhada e precisa do fenômeno estudado. Como afirma Gonsalves (2001, p. 67),

a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu, e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

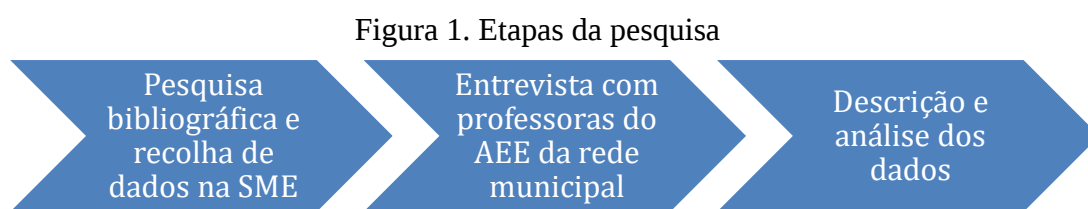
A pesquisa de campo permite observar de forma mais próxima e contextualizada a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de Upanema/RN, proporcionando dados primários que fundamentam as discussões.

Em relação à abordagem qualitativa, Minayo (2009, p. 21) afirma que essa metodologia "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e dos significados". A escolha da pesquisa qualitativa se justifica por possibilitar uma análise mais profunda das percepções, opiniões e experiências dos profissionais da educação envolvidos com o AEE.

Como destacado por Minayo (2009), esse tipo de investigação "é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes" (p. 21). Isso permite captar as nuances e singularidades das práticas pedagógicas e dos desafios enfrentados, elementos essenciais para a compreensão do tema.

O lócus da pesquisa é a rede municipal de ensino de Upanema/RN. Os participantes do estudo são três professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede municipal de ensino. Para preservar o anonimato dos sujeitos, eles são denominados Professor 1, Professor 2 e Professor 3. Esses profissionais foram selecionados por sua experiência direta na oferta do AEE em Upanema - RN, garantindo, assim, que as informações recolhidas sejam relevantes e condizentes com a realidade educacional local.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas essenciais como apresentado na Figura 1: (1) pesquisa bibliográfica e recolha de dados junto à Secretaria Municipal de Educação; (2) realização de entrevistas semi-estruturadas com professores do AEE; e (3) descrição e análise dos dados obtidos.



Fonte: autores (2024)

Na primeira etapa, realizamos a coleta de dados quantitativos referentes ao número de alunos com necessidades educacionais específicas matriculados na rede municipal e os tipos de deficiência identificados nos últimos cinco anos. Também foram levantados o número de alunos atendidos pelo AEE, a quantidade de salas de recursos multifuncionais, o número de professores especializados e o apoio de profissionais, além de informações sobre a trajetória de implantação do AEE no município e dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Na segunda etapa, foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas com os três professores do AEE. A escolha desse método se deve à flexibilidade que ele proporciona, permitindo ao pesquisador explorar mais a fundo as respostas dos entrevistados, conforme afirma Triviños (1987, p. 146): “a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionadas à temática da pesquisa”. As perguntas foram elaboradas com base no referencial teórico estudado, com o objetivo de captar a experiência prática e os desafios enfrentados pelos professores no atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2004, p. 41), que define a técnica como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens". A análise de conteúdo permite classificar e interpretar as respostas obtidas de maneira rigorosa e detalhada, possibilitando a identificação de padrões e categorias.

Foram definidas quatro categorias principais para a análise: I) Dados numéricos relacionados ao AEE na rede municipal; II) Desafios enfrentados na implementação e no desenvolvimento do AEE; III) Possibilidades e estratégias pedagógicas adotadas para superar esses desafios; IV) Práticas exitosas no atendimento educacional especializado e seus impactos no desenvolvimento dos alunos.

Na terceira e última etapa, os dados foram organizados e analisados à luz do referencial teórico e metodológico previamente discutido. O uso de ferramentas como gráficos e tabelas, gerados por meio do software *Microsoft Word 2019*, facilitou a visualização e discussão dos resultados. Essa abordagem sistemática possibilitou uma análise detalhada e comparativa dos dados, destacando os principais achados da pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

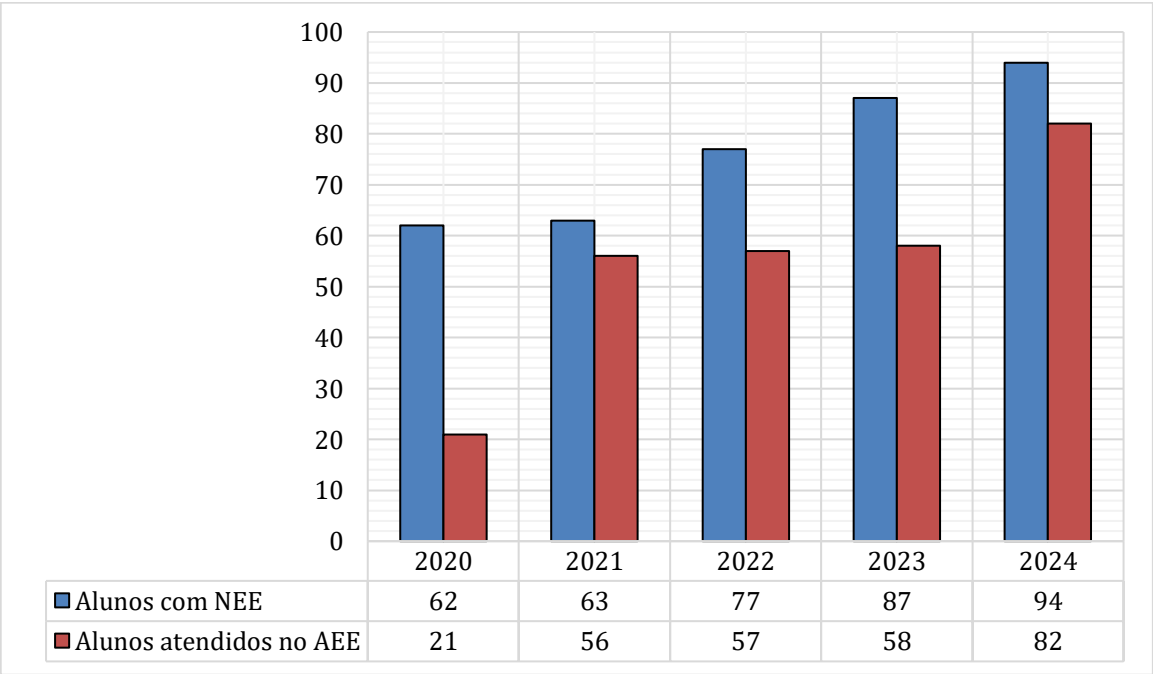
A Secretaria Municipal de Educação de Upanema - RN forneceu dados numéricos e documentais relevantes sobre a Educação Especial e Inclusiva, abrangendo o número de matrículas nos últimos cinco anos, o número de alunos com deficiência, alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas da rede. Esses dados, juntamente das entrevistas feitas posteriormente nos permitem

avaliar o desenvolvimento das políticas de inclusão na cidade, a demanda por Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o suporte oferecido pelas instituições locais.

Upanema é uma cidade do interior do Rio Grande do Norte com 13.577 habitantes de acordo com o IBGE (2022) e fica cerca de 279 km de Natal/RN. Da educação infantil ao ensino médio, a cidade conta com 13 instituições de ensino, entre elas, 9 municipais, 2 estaduais e 2 privadas.

Nas 9 escolas da rede municipal de ensino, foco dessa pesquisa, em 2024, contavam com um total de 1669 alunos matriculados³, desses, 5,6% (94 alunos) têm algum tipo de deficiência diagnosticada e registrada no ato de matrícula ou no decorrer do ano letivo. Com base nos dados obtidos diretamente na Secretaria Municipal de Educação de Upanema/RN, exibidos na Figura 2, a seguir, podemos observar o crescimento do número de alunos com necessidades educacionais especiais.

Figura 2. Número de alunos com NEE e atendidos no AEE nos últimos 5 anos em Upanema/RN.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados (2024).

Entre as deficiências atendidas, observa-se uma diversidade significativa de condições, como Autismo, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Paralisia Cerebral, Síndrome de Asperger, Surdez e Visão Subnormal/Baixa Visão,

³ Os dados foram recolhidos no dia 31 de julho de 2024.

entre outras. Essa diversidade destaca a necessidade de um AEE adaptado e sensível às diferentes demandas de cada aluno.

Atualmente, a rede municipal de ensino possui duas salas de AEE, uma na zona urbana e outra na zona rural, que atendem estudantes nos turnos matutino e vespertino. Essa infraestrutura representa um avanço, mas, ao mesmo tempo, revela a necessidade de expansão para garantir atendimento suficiente, considerando o aumento contínuo de alunos com deficiência.

Conforme evidenciado na Figura 2, houve um crescimento progressivo no número de alunos com NEE na rede municipal de ensino de 2020 a 2024, bem como no número de alunos atendidos pelo AEE. É importante observar que o número de alunos atendidos no AEE em 2020 foi o menor em relação aos alunos com NEE, o que se deve, em grande parte, à pandemia de COVID-19 e à adaptação do atendimento para o formato remoto. Mesmo com a continuidade do atendimento, as limitações impostas pelo distanciamento social e a ausência de estrutura adequada para alguns alunos resultaram em uma queda temporária no atendimento educacional especializado.

No entanto, o aumento de 41% no número de alunos atendidos entre 2023 e 2024, de 58 para 82 alunos, evidencia um crescimento significativo e a retomada de ações inclusivas no período pós-pandemia. Esse aumento sinaliza tanto um aprimoramento no diagnóstico e encaminhamento de alunos com NEE quanto uma resposta da rede municipal à necessidade de ampliação do AEE.

Além dos professores regulares das turmas e dos dois professores dedicados ao AEE, a rede municipal conta com 41 profissionais de apoio, distribuídos entre as 9 instituições para acompanhar alunos com deficiência nas salas de aula regulares. Esse suporte é crucial para a efetivação das políticas de inclusão, sendo que, atualmente, a média de alunos por profissional de apoio é de aproximadamente 2 para cada profissional. Este número é adequado em termos de acompanhamento individualizado e contribui para que os alunos possam se desenvolver em igualdade de condições no ambiente escolar comum.

Partindo dos dados obtidos nas entrevistas, observamos que as três professoras entrevistadas são pedagogas, possuem especialização em Psicologia Escolar e da Aprendizagem, e estão atualmente cursando mestrado em Ciências da Educação. Com mais de 10 anos de experiência no Atendimento Educacional Especializado (AEE), elas destacam a importância da formação contínua e mencionam a participação em diversos cursos relacionados à educação especial e inclusiva, como Libras, Deficiência Intelectual, autismo e práticas pedagógicas.

Entre os principais desafios enfrentados, as professoras apontam a falta de recursos especializados, que exige adaptações constantes e muita criatividade no dia a dia do AEE. A Professora 1 enfatiza que o AEE frequentemente lida com obstáculos decorrentes da ausência de materiais didáticos específicos: *“É preciso improvisar com o que temos, como usar uma bola, uma cadeira e até um cabo de vassoura para desenvolver atividades de psicomotricidade”*.

Esse desafio de improvisação também é evidenciado pela Professora 2, que recorda uma situação de um aluno com baixa visão: *“Sem material em braile, fizemos uma parceria com um vendedor de produtos da Natura e uma farmácia, pois nas caixas tinha braile. Fizemos fichas para ele usando essas caixas, que estão na escola até hoje”*. Essa experiência ilustra não apenas a complexidade do trabalho no AEE, mas também a necessidade de adaptar materiais acessíveis na ausência de recursos específicos. A Professora 3 complementa essa preocupação, ao sugerir que *“poderia ter um investimento em recursos próprios do município e não ficar esperando sempre pelos recursos federais”*.

Outro desafio identificado diz respeito à necessidade de formação continuada, que deve abranger não apenas os profissionais de AEE, mas também os demais educadores da escola. A Professora 3 ressalta: *“Nem todos os professores têm a formação adequada para lidar com as necessidades dos alunos com deficiência. Isso faz com que muitas vezes o aluno acabe excluído de atividades comuns”*.

Apesar dos desafios, as professoras também destacam as possibilidades que o AEE proporciona. A Professora 2 expressa confiança nas salas de AEE, afirmando que *“mesmo com todas as dificuldades, eu ainda afirmo que uma escola que tem sala de AEE é diferenciada positivamente”*. Ela enfatiza que a presença de uma sala de AEE confere segurança aos professores, permitindo-lhes buscar apoio para a elaboração de relatórios ou a adaptação de atividades. Isso demonstra que, mesmo em condições adversas, o AEE pode ser um recurso valioso para a inclusão e a personalização do ensino.

A Professora 3 complementa essa visão ao afirmar que, nas escolas públicas, *“a sala do AEE acaba sendo o centro da educação especial da escola como um todo”*. Isso indica que as salas de AEE não são apenas um espaço físico, mas sim um ponto de convergência onde a educação especial é integrada à dinâmica escolar. Essa centralidade pode ser utilizada como uma estratégia para promover a conscientização sobre a inclusão, facilitando a colaboração entre os professores da sala comum e os do AEE na elaboração de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Quando questionadas sobre estratégias pedagógicas eficazes, a Professora 1 destaca a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e a sensibilização da família. Ela afirma: *“Cada aluno tem seu próprio PEI, que é elaborado após uma análise detalhada com a família e os professores. Assim, conseguimos identificar as habilidades que precisam ser desenvolvidas e quais recursos são necessários para isso”*.

Já a Professora 2 enfatiza a importância do envolvimento familiar, afirmando que *“muitas vezes, a dificuldade não é só da criança, mas do contexto em que ela vive. Quando envolvemos a família, conseguimos um apoio maior e mais consistente no desenvolvimento do aluno”*. Ela menciona rodas de conversa, reuniões frequentes e individuais como exemplos de como essa colaboração pode ser implementada. Essa perspectiva está em consonância com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que estabelece:

O Atendimento Educacional Especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola e envolver a participação da família para garantir o pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (Brasil, 2008, p. 9).

Além disso, a Professora 3 cita a parceria com o professor da turma regular para adaptar atividades e compartilhar sugestões como uma estratégia que tem se mostrado eficaz. Diversas práticas exitosas foram relatadas pelas professoras, incluindo a criação de materiais didáticos adaptados e o uso de jogos e atividades lúdicas para engajar os alunos. A Professora 1 comenta que, para estimular habilidades como atenção e concentração, utiliza *“jogos de sequência de cores e formas, além de pranchas com velcro, zíper e encaixes, que ajudam no desenvolvimento da psicomotricidade fina”*. Ela complementa: *“A sala do AEE possui jogos variados, mas também criamos atividades com os materiais disponíveis, adaptando-os conforme a necessidade do aluno”*.

A adaptação de recursos se revela como uma prática eficaz na inclusão. A Professora 2 descreve um caso de sucesso em que a utilização de jogos digitais tornou o processo de ensino mais atrativo para os alunos. Ela afirma: *“A tecnologia pode ser um grande aliado. Os alunos gostam muito de jogos digitais, e com o uso do tablet, consigo direcionar jogos educativos que prendem a atenção deles, tornando a atividade mais proveitosa”*.

Outro exemplo de prática exitosa é a mobilização da equipe escolar para acompanhar alunos com necessidades específicas. A Professora 2 relembra o caso de um aluno com baixa visão, explicando como a escola e a comunidade se uniram para suprir a falta de material em braile: *“Não tínhamos conhecimento em braile, mas fomos aprendendo juntos. O aluno foi*

alfabetizado em nossa escola e hoje é graduado em História”. Esse caso ilustra não apenas o potencial do AEE em transformar a vida dos alunos, mas também a importância da colaboração entre educadores e a comunidade em prol de uma educação inclusiva. Como enfatiza Mittler (2003):

A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos os estudantes possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e torna-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados (Mittler, 2003, p. 236).

As professoras também apontam áreas que poderiam ser aprimoradas para fortalecer o AEE no município. A Professora 1 sugere a criação de cargos específicos para professores de AEE e de educação especial, indicando que a ausência desses cargos compromete a continuidade e a especialização do atendimento. Essa proposta visa institucionalizar e valorizar o papel dos educadores no AEE, proporcionando-lhes estabilidade e reconhecimento dentro da estrutura municipal.

A formação continuada é outra necessidade mencionada. A Professora 2 ressalta a importância de um programa de formação continuada para os professores do AEE e para aqueles envolvidos na educação especial e inclusiva. Ela acredita que a atualização constante é fundamental para que os educadores possam se aprimorar sobre novas práticas, métodos pedagógicos e abordagens inclusivas, contribuindo, assim, para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência. Essa fala corrobora com Ropoli (2010) quando diz que

[...] para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do aee, para melhor atender a seus alunos (Ropoli *et al.*, 2010, p. 28).

Por fim, a integração entre as políticas de saúde e educação também é vista como um ponto a ser aprimorado. A Professora 3 avalia positivamente a existência de instituições de apoio, como o Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro Especializado em Reabilitação (CER II), que oferecem “*diversas especialidades e auxiliam as famílias*”, mas sugere que esses atendimentos fossem realizados preferencialmente no contraturno das aulas. Ela observa que o horário atual dos atendimentos interfere nas atividades escolares regulares dos alunos: “*Os atendimentos poderiam ser no contraturno do aluno e não no horário regular de aula*”. Essa reflexão ressalta a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as áreas de saúde e educação, visando à otimização do atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Esse alinhamento entre diferentes esferas públicas encontra eco na análise de Mittler (2003), que ressalta: “nenhuma escola é uma ilha e nem uma escola pode ter sucesso sem desenvolver redes de parcerias com sua comunidade local, com pais de alunos passados, presentes e futuros, e com outras escolas e outras agências” (Mittler, 2003, p. 237). Assim, a proposta de uma abordagem integrada e colaborativa entre as áreas de saúde, educação e comunidade reafirma o compromisso com uma educação inclusiva de qualidade, que reconhece e valoriza o potencial de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo analisar os desafios, as possibilidades e as práticas exitosas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Upanema/RN. A pesquisa evidenciou, de forma clara, que a implementação do AEE no município tem avançado de acordo com as políticas públicas nacionais de inclusão, embora ainda enfrente obstáculos significativos, como a falta de recursos especializados e a necessidade de formação contínua para os profissionais envolvidos.

Os dados da Secretaria Municipal de Educação indicam um crescimento no número de alunos atendidos pelo AEE nos últimos anos, o que é um reflexo da crescente demanda por um atendimento que garanta o acesso equitativo à educação para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Essa evolução demonstra a importância do AEE na promoção de uma educação inclusiva, acessível e adaptada às diversas necessidades dos estudantes.

Apesar das dificuldades estruturais e operacionais, os relatos dos professores revelam a implementação de práticas exitosas, como a integração eficaz entre o AEE e as turmas regulares, o que tem permitido um atendimento mais personalizado e eficiente. Essas experiências destacam a relevância da colaboração entre os diferentes atores educacionais e da criação de estratégias pedagógicas inovadoras para superar a falta de recursos específicos.

A adaptação de materiais e a utilização criativa de recursos acessíveis, como exemplificado pelas iniciativas das escolas, comprovam que, mesmo com limitações, é possível desenvolver soluções que atendam às necessidades dos alunos. Em termos de contribuições teóricas, este estudo reforça a importância do AEE como uma modalidade educacional complementar que não substitui a escolarização regular, mas a complementa, fornecendo o suporte necessário para garantir a plena participação dos alunos com NEE.

A efetividade do AEE, conforme destacado ao longo da pesquisa, depende da articulação entre as políticas públicas nacionais, as práticas pedagógicas locais e a capacitação contínua dos profissionais da educação.

Assim, compreendemos que, apesar dos desafios ainda existentes, a implementação do AEE em Upanema/RN tem se mostrado um avanço significativo na construção de uma educação inclusiva e na promoção do desenvolvimento integral dos alunos. Através de um esforço conjunto entre a gestão escolar, os profissionais da educação e as famílias, é possível construir uma educação que respeite a diversidade e ofereça condições para o aprendizado de todos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 2 de mai. de 2024.

PEREIRA, Érica Nazaré Arrais Pinto; DIAS, Edilayne Christina Souza Cavalcanti; PINHEIRO, Juliana Magro. Atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino do rio grande do norte: diálogos entre teorias e práticas. Dossiê Educação Inclusiva e formação de professores: uma diversidade de olhares, **REVELLI** v.9, n.2, Junho/2017, p. 27-39, ISSN 1984 – 6576. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/5893>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02/2012**. CEE/CEB/RN. UNESCO. Declaração de Salamanca, 1994. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2024.

SARTORETTO, M. L.; SARTORETTO R. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: O QUE SÃO E A QUEM SE DESTINAM**. Disponível em: Acesso em 01/09/2024.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre, ARTMED, 2003.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. 2010

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.